

Estudo Técnico Preliminar 50/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.003835/2023-91

2. Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de **vigilância desarmada**, patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, com a disponibilização de trabalhadores das categorias de **vigilante** e **supervisor**, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

3. Definições

Natureza do Objeto

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços e bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado nos termos do Art. 14 da Instrução Normativa nº 05, de 2017.

A natureza do serviço é continuada, em que o prazo de vigência da contratação será **36 (trinta e seis)** meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por até em 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A prestação dos serviços se configura como continuada, haja vista que são serviços necessários à Administração na execução das suas atribuições, que se interrompida pode comprometer a sua funcionalidade, cuja contratação deva se estender por mais de exercício financeiro, portanto são serviços caracterizados como permanentes, ininterruptos e essenciais a Instituição.

O objeto em questão enquadra-se como atividade de custeio, nos termos do inciso II, do art. 2º da PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022, que estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que trata dos limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

Dessa forma, será submetido à aprovação do Senhor Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, conforme PORTARIA No 10, DE 8 DE JANEIRO DE 2020, que delega competências a esta autoridade para celebração de contratos administrativos, com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Por fim, conforme Art. 9º, parágrafo único da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, o serviço a ser contratado classifica-se como atividade auxiliar, instrumental ou acessória que não constitui área de competência legal do órgão no cumprimento de sua missão institucional.

4. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de **vigilância desarmada**, patrimonial,

diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, com a disponibilização de trabalhadores das categorias de **vigilante** e **supervisor**, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas neste ETP, é justificada pelas seguintes condições:

Trata-se de serviço essencial para a administração, com vista a promover a vigilância do patrimônio público (imóvel, instalações físicas internas, equipamentos e acervo documental) e a integridade do servidor e do público em geral, sendo caracterizado como “serviço continuado”, de acordo com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017;

O Contrato atual, **nº 21/2022-MME**, processo nº 48340.002954/2022-46 não será prorrogado por desinteresse da atual contratada **EURO SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**, sendo necessária a realização de novo procedimento licitatório a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, já que esses são imprescindíveis para garantir o funcionamento da Instituição

Atualmente os serviços são realizados por vigilantes terceirizados e por servidores (agentes de vigilância), remanescentes do quadro ativo do Ministério, lotados no período noturno, sendo que esse quadro está sendo diminuído paulatinamente com a aposentadoria dos servidores, o que acarreta a extinção do cargo, por força da Lei nº 9.632 de 7 de maio de 1998.

Art 7º, § 1º da IN Nº 5/2017 - SEGES/MP, a *Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632 de 7 de maio de 1998.*

“As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes do Anexo desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.”

Desta forma, em face da extinção do cargo desses servidores, a contratação ora em tela, não pode deixar de existir.

Além de que, com a reativação do restaurante em área reformada contígua a garagem irá exigir mais 1(um) posto de segurança, afim de exercer a função de vigilância naquele local, para evitar que clientes externos (servidores de outros órgãos ou mesmo do público em geral) possam adentrar na edificação pela porta de entrada interna ao restaurante situada na parede comum que limita com a garagem.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Que a empresa a ser contratada para a prestação dos serviços seja especializada e com experiência comprovada, conforme abaixo:

Registro ou inscrição da licitante na entidade profissional que regulamenta o exercício da atividade da jurisdição da empresa, em plena validade;

Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de **3 (três) anos contínuos** na execução de objeto semelhante ao da contratação, no qual seja evidenciado a seguinte relevância técnica:

Disponibilização de mão de obra de vigilante em número superior a 24 (vinte e quatro) profissionais em prazo ininterrupto de 3 (três) anos.

Será aceito o somatório de atestados para atingir a quantidade solicitada desde que abrange(m) **3(três) anos ininterruptos de contrato.**

A justificativa para a exigência:

O Ministério de Minas e Energia promoveu, em 2022, dois pregões eletrônicos para a contratação de vigilância desarmada (Pregão Eletrônico nº 4/2022 e Pregão Eletrônico nº 16/2022 - UASG 320004).

As contratações anteriores feitas pelo Órgão resultaram em fracasso, no qual as Contratadas desistiram

dos contratos com alegação de resultados financeiro negativos, bem como de descumprimentos de cláusulas contratuais, trazendo prejuízo ao Contratante, que necessitou abrir novos processos de contratações em interregnos de tempo muito curto.

Assim, a bem do serviço público foi evidenciado a necessidade de elevar as exigências na comprovação de experiência anterior, decisão essa que é amparada pela margem de liberdade de gestão administrativa diante do caso concreto, dentro dos limites permitidos em lei.

Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos contínuos, havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, três anos do início de sua execução.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços **executados de forma concomitante**, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Não será **admitida a participação de cooperativa na contratação de prestação de serviços de vigilância**, haja vista que esse tipo de serviço envolve subordinação jurídica entre o trabalhador e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade, o que contraria os princípios do cooperativismo. Essa é a orientação da Súmula 281 do Tribunal de Contas da União¹, que veda a participação de cooperativas em licitação nessas condições. Além disso, a União Federal firmou um termo de conciliação judicial com o Ministério Público do Trabalho em 2003, no qual se comprometeu a não mais contratar cooperativas que atuem em atividades como serviços de limpeza, conservação e manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e instalações, dentre outros. Essa medida visa proteger os direitos trabalhistas dos cooperados e evitar fraudes nas relações de trabalho. Portanto, a contratação de cooperativa para a prestação de serviços de vigilância pode trazer riscos jurídicos e financeiros para a Administração Pública, além de ferir a legalidade, a isonomia e a economicidade.

Será **vedada a participação de consórcio** na contratação de serviços de vigilância, uma vez que esse tipo de contratação exige uma maior fiscalização e controle da Administração Pública sobre a execução do objeto, o que pode ser dificultado pela existência de mais de uma empresa responsável pelo serviço. Além disso, a participação de consórcio pode gerar conflitos de interesses entre as empresas consorciadas, prejudicando a qualidade e a continuidade do serviço prestado. Outro argumento é que a participação de consórcio pode reduzir a competitividade da licitação, favorecendo a formação de cartéis ou conluíus entre as empresas licitantes. Esses riscos podem comprometer o princípio da eficiência e da economicidade na contratação pública.

Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

Prova de atendimento aos requisitos de lei, após decorridos **5 (cinco) dias da assinatura do contrato**, constando de:

Autorização para funcionamento no Distrito Federal, expedida pela Comissão Executiva para assuntos de Vigilância e Transporte de Valores, conforme estabelece a Lei n° 7.102, de 20/06/83 e o Decreto n° 89.056, de 24/11/83 e pela Portaria n° 387/2006 – DG/DPF;

Autorização para compra de arma não letal, expedida mediante alvará concedido pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, devidamente publicado na imprensa oficial, conforme Portaria n° 515/2007 do Departamento de Polícia Federal;

Autorização de compra de arma não letal, tipo spray de gás de pimenta, obtido junto ao Departamento de Polícia Federal - DPF, em quantidade igual ou superior ao número de postos objeto do presente termo;

As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar **atestado de vistoria** assinado pelo servidor responsável

O **atestado de vistoria** poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para

quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Que a empresa Contratada disponibilize empregados para execução dos serviços que atenda suas respectivas atribuições e requisitos, no mínimo com as seguintes disposições:

Ter idade mínima de 21 anos;

Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;

Ter instrução correspondente ao primeiro grau completo;

Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

Apresentar atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;

Apresentar certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição dos setores de distribuição do foro criminal da justiça federal do Distrito Federal;

Comprovação de não ter antecedentes criminais na Polícia Federal e da Polícia do Distrito Federal.

Que o desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços sejam executadas nas dependências atuais do órgão ou em outro imóvel a vir a ser ocupado pelo Contratante.

Que a **exigência de garantia de execução contratual**, contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de **natureza trabalhista e previdenciária** pela empresa Contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento, conforme estipula a IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

Que o pagamento de parte dos valores mensais devidos à empresa Contratada, correspondente às **férias, 1/3 de férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias** dos empregados alocados na execução dos serviços, seja depositado em conta vinculada, com movimentação condicionada à autorização do Órgão, conforme disciplina a IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

Que a participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003, **seja vedada**;

Que a cotação de preços para a execução dos serviços, nas respectivas Planilhas de Custos e Formação de Preços de mão de obra, observe os pisos salariais das respectivas categorias, fixados na Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal - SINDESV-DF e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal – SINDESP/DF.

Observância a/ao:

Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Lei 7.102 de 20 de junho de 1983 – que rege a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências;

Decreto 89.056, de 24 de novembro de 1983 – regulamenta a Lei 7.102/83;

Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019, que alterou o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023:

*Para cumprimento do Art. 3º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual **mínimo de oito por cento** das vagas de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a contratada:*

- deverá reservar 2(duas) vagas de Postos de Trabalhos a serem preenchidas mediante indicação do Ministério da Mulheres ou pela Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal ou instituição equivalente, desde que atendam os requisitos dispostos neste ETPC.

Que os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

Lei nº 12.740, de 8 de dezembro de 2012 (Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas, e revoga a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985).

Que a duração inicial do contrato será de **36 (sessenta) meses**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O **quadro com soluções de mercado**, que melhor se coaduna com a necessidade do órgão na atualidade é a prestação dos serviços por **postos de trabalhos**, embora existam no mercado outras soluções para a realização de vigilância orgânica patrimonial predial, por exemplo, por metragem, com a utilização da tecnologia de informação ficando a cargo da contratada dimensionar a equipe de trabalhadores em função da necessidade. Entretanto, conforme pesquisas nos outros ministérios tal metodologia ainda não foi implantada, obstante o antigo MPDG, atual MGI tenha tentado em 2018 avançar nessa metodologia, onde foi escolhido este MME, como piloto, dado que é um dos poucos que se utiliza de vigilância desarmada, de arma letal, mas infelizmente o projeto não avançou.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

7. Levantamento de Mercado

Levantamento de Mercado

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **vigilância desarmada**, patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com a disponibilização da mão-de-obra das categorias de **vigilante** e **supervisor**, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, feitas anteriormente pela Administração, seja pela diversidade de empresas contratadas ou pela quantidade de empregados alocados na execução dos serviços, demonstra a capacidade do mercado fornecedor atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades do Órgão.

Uma vez tratar-se basicamente na alocação, pela empresa contratada, de empregados para a execução dos serviços, ressalta-se que as contratações de vigilância desarmada não possuem exigências ou especialidades que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades. Isso porque os requisitos e competências requeridos para o desempenho das funções são localizados com certa facilidade na mão de obra disponível no mercado de trabalho.

Visto que a natureza do objeto a ser contratado é **comum**, nos termos do Inciso XII da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 em função das características gerais e específicas de mercado e atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, podendo assim ser objetivamente definidos neste ETP.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Postos de Serviço					
Item	Categoria	Qdade	Localização	Justificativa	Qdade de funcionários

1	Supervisor, turno diurno , desarmado de arma letal, com jornada de trabalho de 44 hs semanais - CBO 5103-10	01	Sala da Segurança e Sala de Monitoramento (1 posto) Térreo	Necessário para supervisionar os Postos de Vigilantes distribuídos pelo edifício e área externa, e Sala de Monitoramento de Vigilância Eletrônica e demais atribuições relacionadas neste TR, com jornadas compreendidas no período de 7 às 21:30 hs.	2 (diariamente/ intercalados)
---	--	----	---	---	-------------------------------------

2	Posto de Vigilante, desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 12 (doze) horas <u>diurnas</u> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas - CBO 5103-10	8	Portaria Principal (2 postos) Térreo	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da porta de entrada e saída de pessoas e materiais do edifício pela Portaria Principal e demais atribuições relacionadas neste TR.	4 (dois/dia alternado)
			Portaria Privativa Térreo (2 postos)	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da porta de entrada e saída de autoridades ao edifício pela Portaria Privativa, dar suporte aos Ministros do MME e MTur até suas salas pelo elevador privativo e demais atribuições relacionadas neste TR	4 (dois/dia alternado)
			Guarita Externa na Entrada /Saída da Garagem - rampa (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da <u>cancela da rampa</u> de acesso a garagem e via interna de veículos provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e/ou com direção a Via N-2 (eds. Anexos), bem como no sentido inverso, de veículos que deixam a garagem e/ou que trafegam pela via interna, com direção a Via N-1 da Esplanada dos Ministérios.	2 (um/dia alternado)
			Guarita Interna na Garagem - Via N-2 (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período diurno , da cancela interna e portões de acesso e saída de veículos para as vagas privativas da garagem e estacionamento externo, provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e Via N-2 (eds. Anexos); controle e vigilância de acesso de servidores a garagem/edifício pelo portão de pedestre interno situado na garagem; controle e vigilância de trânsito de veículos e de pessoas pela via interna da garagem.	2 (um/dia alternado)
			Entrada e saída do edifício pelo 1º Subsolo /Garagem (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período diurno , da entrada e saída de pessoas e materiais no edifício, pelo 1º Subsolo, proveniente ou na direção da garagem, bem como para gerenciar a abertura e fechamento do portão de cargas para entrada de materiais.	2 (um/dia alternado)
			Gabinete do Ministro - 8º andar (1 posto)	Prestar vigilância ao Gabinete do Ministro, no período diurno.	
			Portaria Principal	Necessário para o controle e vigilância, no período noturno , da porta de entrada e	

3	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 12 (doze) horas noturnas , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas - CBO 5103-10	04	(1 posto)	saída de pessoas e materiais do edifício pela Portaria Principal e demais atribuições relacionadas neste TR.	2 (um/dia alternado)
			Portaria Privativa (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período noturno , da porta de entrada e saída de autoridades ao edifício pela Portaria Privativa, dar suporte aos Ministros do MME e MTur até suas salas pelo elevador privativo e demais atribuições relacionadas neste TR	2 (um/dia alternado)
			Guarita Interna na Garagem - Via N-2 (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período noturno , da cancela interna e portões de acesso e saída de veículos para as vagas privativas da garagem e estacionamento externo, provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e Via N-2 (eds. Anexos); controle e vigilância de acesso de servidores a garagem/edifício pelo portão de pedestre interno situado na garagem; controle e vigilância de trânsito de veículos e de pessoas pela via interna da garagem.	2 (um/dia alternado)
			Gabinete do Ministro - 8º andar (1 posto)	Prestar vigilância ao Gabinete do Ministro, no período noturno até o momento que essa unidade estiver em atividade. Após auxiliar nos demais postos noturnos.	2 (um/dia alternado)
	Total de Postos de Serviços	13	Total de Funcionários		26

Na planilha abaixo é discriminada a jornada de trabalho diária, inclusive com a identificação dos intervalos intra e inter jornada.

VIGILANTES									
DIURNO – ESCALA 12/36 HS					NOTURNO - ESCALA 12/36 HS				
LOCAL DO POSTO	POSTOS	VIGILANTE DIURNO JORNADA	INTRAJORNADA	INTER JORNADA		POSTOS	VIGILANTE NOTURNO JORNADA	INTRAJORNADA	INTER JORNADA
PORTARIA CENTRAL	POSTO 1	07:00 – 19:00 HS	11:00 – 12:00 HS	36HS		POSTO 10	19:00 – 07:00 HS	21:00 – 22:00 HS	36HS
	POSTO 2	07:00 – 19:00 HS	12:00 – 13:00 HS	36HS					

PORTARIA PRIVATIVA	POSTO 3	07:00 – 19:00 HS	11:00 – 12:00 HS	36HS		POSTO 11	19:00 – 07:00 HS	22:00 – 23:00 HS	36HS
	POSTO 4	07:00 – 19:00 HS	12:00 – 13:00 HS	36HS					
GARAGEM SUBSOLO	POSTO 5	07:00 – 19:00 HS	11:00 – 12:00 HS	36HS		POSTO 12	19:00 – 07:00 HS	23:00 – 24:00 HS	36HS
	POSTO 6	07:00 – 19:00 HS	12:00 – 13:00 HS	36HS					
GABINETE MME	POSTO 7	09:00 – 21:00 HS	13:00 – 14:00 HS	36HS					
GUARITA INTERNA VIA N-2	POSTO 8	07:00 – 19:00 HS	13:00 – 14:00 HS	36HS					
GUARITA EXTERNA RAMPA	POSTO 9	07:00 – 19:00 HS	13:00 – 14:00 HS	36HS					
TOTAL	9 POSTOS					3 POSTOS			

1 POSTO DE SUPERVISOR – ESCALA DE 44 HS/SEMANAIS				
LOCAL DO POSTO	ESCALA SEMANAL	SUPERVISOR DIURNO	INTRAJORNADA	INTER JORNADA
		JORNADA		
SALA DE SEGURANÇA	SUPEVISOR 1			
	SEGUNDA A QUINTA-FEIRA	07:00 – 17:00 HS	11:00 – 12:00 HS	14HS
		(9 hs/dia)		
	SEXTA-FEIRA	07:00 – 16:00 HS	11:00 – 12:00 HS	15HS
		(8 hs/dia)		
SALA DE CFTV	SUPERVISOR 2			
	SEGUNDA A QUINTA-FEIRA	11:00 – 21:00 HS	13:00 – 14:00 HS	14HS
		(9 hs/dia)		
	SEXTA-FEIRA	11:00 – 20:00 HS	13:00 – 14:00 HS	15HS
		(8 hs/dia)		

No caso dos Supervisores, por conveniência administrativa será adotada a jornada de 9 hs/dia, de segunda a quinta-feira e na sexta-feira de 8hs/dia, que totaliza 44 hs/semana, com compensação de 4 horas que deveriam ser exercidas no sábado. Entretanto, caso seja necessário poderá haver labor no sábado para os Supervisores, sendo carga horária reduzida nos outros dias da semana.

Cabe esclarecer que a planilha em questão, para as escalas de **intrajornada** poderão ser revistas a qualquer momento por interesse da Administração, em função da dinâmica da Instituição. Por exemplo: quando ocorre eventos nos auditórios com a participação de visitantes, cujos tempo de durações pode fazer com que as escalas predeterminadas não sejam operacionais para exercer a segurança nos locais.

Em relação aos quantitativos a serem registrados no SIASG, tem-se o resumo do quadro abaixo:

Item	Valor unitário do Posto (R\$)	Nº de Postos (a)	Nº de funcionários por Posto (b)	Nº meses (c)	Total a ser inserido no SIASG (d) = (a) x (b) x (c)
1	R\$ 20.669,08	1	2	36	72
2	R\$ 16.993,38	8	2	36	504
3	R\$ 18.598,72	4	2	36	288

Justificativa para as quantidades de Postos de Serviços a serem contratados:

A quantidade de Postos de Serviços especificados para realizar a vigilância da edificação é necessária para prover a segurança das 4(quatro) entradas no prédio, no Gabinete do Ministro e no Ministério do Turismo, que ocupa o 2º e 3º andares, com despesas ressarcidas ao MME.

Conforme já também informado e justificado no Documento de Formalização da Demanda - DFD, o número de Agentes de Vigilância, servidores ativos do Órgão, que fazem a vigilância patrimonial conjuntamente com os terceirizados, principalmente no período noturno, estão quase todos, com exceção de apenas 2(dois), em condições de aposentadoria, inclusive já recebendo o benefício pecuniário de "Abono de Permanência". Desta forma, estão prestes a requererem a aposentadoria ou mesmo serem aposentados compulsoriamente, pelo atingimento do limite da idade de 70 anos.

Assim, o quadro efetivo de terceirizados necessita da seguinte composição: 2 supervisores diurnos, 16 vigilantes diurnos e 8 vigilantes noturnos. Total: 26 profissionais.

Necessidade de 1(um) Posto de Supervisor, com jornadas compreendidas no período de 7 às 21:30 hs com dois empregados, intercalados, com 44 horas/semana.

A justificativa para a demanda de 1(um) Posto de Supervisor, com jornadas intercaladas, compreendidas no período de 7 às 21:30 hs, com a participação de 2(dois) empregados, com 44 horas/semana, que já existem no contrato atual, cujas atribuições encontram-se definidas na "Descrição da solução como um todo" é fundamentada pelos seguintes motivos:

Necessidade de realizar também os trabalhos de **"Operação da Central de Monitoramento de Segurança de CFTV (Circuito Fechado de Televisão)"** instalada no Órgão para subsidiar o trabalho de vigilância, localizada no Térreo, cujo sistema é composto por 288 (duzentos e oitenta e oito) câmeras de CFTV (distribuídas pela edificação), 12(doze) monitores e 4(quatro) servidores de rede (para operacionalização do sistema e arquivamentos de imagens), que por questões de segurança da informação (para cumprimento da legislação), quanto a preservação dos direitos do cidadão, no que se refere a divulgação ou utilização das imagens, é realizado exclusivamente por apenas esses 2(dois) funcionários, com a autorização expressa da CGRL;

Exercer outras funções afetas ao cargo, além das atribuições internas inerentes ao prédio definidas neste Estudo Preliminar, tais como:

Participar rotineiramente, juntamente com o Chefe da Divisão de Segurança (DISEG) desta Coordenação de Atividades Gerais, de reuniões junto ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, onde também são convocados para esses encontros representantes oficiais de todos os ministérios e demais órgãos sediados na Praça dos Três Poderes, obrigatoriamente acompanhados dos supervisores das empresas terceirizadas de segurança que atuam nesses prédios, além dos representantes da Força Nacional, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Polícia Legislativa do Congresso, Polícia Judicial do STF e PM-DF, para tratar de assuntos de segurança afetos aos edifícios da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, com objetivo de traçar e participar de estratégias antecipatórias (inteligência), preventivas e de contenção para resguardar o patrimônio público, tendo em vista manifestações, passeatas e ameaças de invasões dos prédios públicos, por diversos tipos de organizações.

Atuar de forma rotineira junto ao Grupo de Intercomunicação dos Ministérios com o 6º Batalhão da Polícia Militar - Poderes para relatar e compor planos de inteligência para conter e antecipar movimentos de insegurança, roubo e furto circunscritos aos ministérios, bem como de ações irregulares de trânsito nos seus estacionamentos;

Operar, como acima mencionado, a Central de Monitoramento de Segurança de CFTV, instalado no edifício, com alcances internamente e externamente, para detectar, identificar e antecipar ações de segurança com o auxílio de imagens em tempo real, bem como assistir membros da PM e da PF no local, que têm solicitado com certa frequência, a utilização também dessa tecnologia de segurança, para monitoramento de ações suspeitas de aglomeração de pessoas na Esplanada dos Ministérios, dado a posição estratégica do Bloco "U", localizado nas proximidades do prédio do Congresso e Palácio do Planalto, que costumam serem também alvos dos manifestantes.

O posto, com os dois empregados, também se justifica, por conta da necessidade de supervisionar diretamente a equipe de vigilantes diariamente, no horário especificado.

Além disso é cada vez mais frequente autoridades dos dois ministérios estenderem as suas jornadas de trabalho além do período diurno, requerendo da equipe de vigilância maior supervisão e segurança do edifício.

Também são realizadas quantidades expressivas de obras e serviços, (dedetização, manutenção predial, telefonia, na sala cofre, lavação de caixas d'água, testes de estanqueidades, testes de sprinklers de incêndio, etc.) também em finais de semana.

9. Descrição da solução como um todo

A **descrição da solução como um todo** para a prestação de serviços de vigilância desarmada, patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com a disponibilização da mão-de-obra das categorias de vigilante e supervisor, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, a serem executados na edificação guarneçada, na forma de Postos de Trabalhos (Postos de Serviços), conforme preconiza a IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, de 25 de maio de 2017, cujos quantitativos, jornadas de trabalho e categorias dos profissionais estão dispostos na tabela abaixo é a melhor que se adequa ao Órgão no momento, obstante haver outras metodologias focadas em tecnologia ou metragem predial.

Os serviços de vigilância desarmada serão realizados com base em Postos previamente estabelecidos pela Administração, os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos restritos limites estabelecidos pela norma em vigor.

As instruções, normas ou procedimentos serão emitidos exclusivamente pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, Secretário-Executivo, Ministro de Estado ou por autoridade por eles designadas.

Na medida do possível será introduzido posto de vigilância feminino na equipe de vigilância predial.

Instruções básicas:

Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas;

Permitir o ingresso e acesso às instalações do Ministério, somente de pessoas, vestidas adequadamente, identificadas e autorizadas expressa e previamente por autoridade competente do órgão ou servidor/colaborador perfeitamente identificado;

Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, hora de saída e retorno, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

Repassar para a(s) vigilante(s) que estiver(em) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventuais anormalidades observadas nas instalações e suas imediações;

Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio (Livro de Ocorrências) o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação, horários de entrada e saída, e tarefa a executar;

Proibir, em todas as unidades, o ingresso de cobradores, vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações do MME, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela administração ou representante desta;

Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;

Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de

terceiros;

Executar a(s) rondas(s) conforme os horários e orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

Ao final de cada expediente e aos finais de semana, verificar se todas as janelas e portas da imediação de cada posto e áreas externas foram fechadas pelos servidores e, em caso contrário, providenciar o fechamento e registro da ocorrência no Livro de Ocorrências e, repassar, diariamente, os números das salas ao Chefe da Segurança;

Os vigilantes deverão estar munidos de armamento não letal, do tipo espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC) de até 70g, em solução (líquido), espuma ou gel (spray de defesa de gás de pimenta, extra forte, 110 ml), que somente será acionado em última instância, quando em autodefesa ou quando necessário para dispersar invasões de manifestantes ao edifício, que coloquem em risco o patrimônio, após ter sido esgotadas todas tentativas de negociação, mediante ordem do supervisor ou autoridade superior, cujo prazo para serem fornecidos será de até 5(cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;

Garantir a integridade física dos servidores do Ministério de Minas e Energia, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria Instituição, a qualquer hora, no âmbito de trabalho;

Assegurar a integridade do acervo patrimonial do Ministério, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público;

Acionar os dispositivos de segurança, bem como os Brigadistas de Incêndio, em casos de incêndio e qualquer fato, ocorrência ou fenômeno que coloquem em risco os servidores, os serviços, o patrimônio e a instituição com um todo, dando imediato conhecimento à Administração;

Acionar a Polícia Militar do Distrito Federal, por telefone ou aplicativo, quando da ocorrência de manifestações, que podem resultar em invasões de manifestantes, que coloquem em risco a integridade da edificação e de pessoas;

Acionar a Polícia Federal quando de invasão de manifestantes a edificação e que necessitam serem reprimidos ou retirados.

Requisitos Básicos

Os profissionais selecionados pela CONTRATADA para prestação dos serviços de vigilância deverão atender os seguintes requisitos:

Ter idade mínima de 21 anos;

Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;

Ter instrução correspondente ao primeiro grau completo;

Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

Apresentar atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;

Apresentar certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição dos setores de distribuição do foro criminal da justiça federal do Distrito Federal;

Comprovação de não ter antecedentes criminais na Polícia Federal e da Polícia do Distrito Federal;

Dos Postos de Serviço

Os Postos de Serviço, de conformidade com o ANEXO VI-A SERVIÇO DE VIGILÂNCIA da IN Nº 052/2017 da SESG/MPDG, de 25 de maio de 2017, serão localizados no âmbito do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, nas dependências ocupadas pelo Ministério de Minas e Energia e nas comuns compartilhadas com o Ministério do Turismo, em Brasília-DF, de acordo com a tabela abaixo, constando a categoria, quantidade, localização e justificativa:

Postos de Serviço					
Item	Categoria	Qdade	Localização	Justificativa	Qdade de funcionários
1	Supervisor, turno diurno , desarmado de arma letal, com jornada de trabalho de 44 hs semanais - CBO 5103-10	01	Sala da Segurança e Sala de Monitoramento (1 posto) Térreo	Necessário para supervisionar os Postos de Vigilantes distribuídos pelo edifício e área externa, e Sala de Monitoramento de Vigilância Eletrônica e demais atribuições relacionadas neste TR, com jornadas compreendidas no período de 7 às 21:30 hs.	2 (diariamente/ intercalados)
2	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 12 (doze) horas diurnas , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas - CBO 5103-10	08	Portaria Principal (2 postos) Térreo	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da porta de entrada e saída de pessoas e materiais do edifício pela Portaria Principal e demais atribuições relacionadas neste TR.	4 (dois/dia alternado)
			Portaria Privativa Térreo (2 postos)	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da porta de entrada e saída de autoridades ao edifício pela Portaria Privativa, dar suporte aos Ministros do MME e MTur até suas salas pelo elevador privativo e demais atribuições relacionadas neste TR	4 (dois/dia alternado)
			Guarita Externa na Entrada /Saída da Garagem - rampa (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da <u>cancela da rampa</u> de acesso a garagem e via interna de veículos provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e/ou com direção a Via N-2 (eds. Anexos), bem como no sentido inverso, de veículos que deixam a garagem e/ou que trafegam pela via interna, com direção a Via N-1 da Esplanada dos Ministérios.	2 (um/dia alternado)
			Guarita Interna na Garagem - Via N-2 (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período diurno , da cancela interna e portões de acesso e saída de veículos para as vagas privativas da garagem e estacionamento externo, provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e Via N-2 (eds. Anexos); controle e vigilância de acesso de servidores a garagem/edifício pelo portão de pedestre interno situado na	2 (um/dia alternado)

				garage; controle e vigilância de transito de veículos e de pessoas pela via interna da garagem.	
			Entrada e saída do edifício pelo 1º Subsolo /Garagem (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período diurno , da entrada e saída de pessoas e materiais no edifício, pelo 1º Subsolo, proveniente ou na direção da garagem, bem como para gerenciar a abertura e fechamento do portão de cargas para entrada de materiais.	2 (um/dia alternado)
			Gabinete do Ministro - 8º andar (1 posto)	Prestar vigilância ao Gabinete do Ministro no período diurno	
3	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 12 (doze) horas noturnas , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas - CBO 5103-10	04	Portaria Principal (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período noturno , da porta de entrada e saída de pessoas e materiais do edifício pela Portaria Principal e demais atribuições relacionadas neste TR.	2 (um/dia alternado)
			Portaria Privativa (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período noturno , da porta de entrada e saída de autoridades ao edifício pela Portaria Privativa, dar suporte aos Ministros do MME e MTur até suas salas pelo elevador privativo e demais atribuições relacionadas neste TR	2 (um/dia alternado)
			Guarita Interna na Garagem - Via N-2 (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período noturno , da cancela interna e portões de acesso e saída de veículos para as vagas privativas da garagem e estacionamento externo, provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e Via N-2 (eds. Anexos); controle e vigilância de acesso de servidores a garagem/edifício pelo portão de pedestre interno situado na garagem; controle e vigilância de transito de veículos e de pessoas pela via interna da garagem.	2 (um/dia alternado)
			Gabinete do Ministro - 8º andar (1 posto)	Prestar vigilância ao Gabinete do Ministro, até o momento que essa unidade estiver em atividade. Após auxiliar nos demais postos noturnos.	2 (um/dia alternado)
	Total de Postos de Serviços	13	Total de Funcionários		26

O posto de supervisor tem a finalidade de coordenar e acompanhar as atividades dos vigilantes e vigilância eletrônica.

Os postos distribuídos nas portarias têm a finalidade de controlar a entrada e saída de pessoas, de materiais e realizar rondas nas instalações do edifício.

Os postos distribuídos na garagem, além de outras atribuições inerentes, deverão fiscalizar a entrada e saída de veículos, bem como de materiais e pessoas.

O posto no 1º Subsolo tem como objetivo fiscalizar o local, bem como dar apoio aos demais postos que realizam rondas ostensivas e fazem a segurança dos eventos nos auditórios e em outros locais.

Das Atribuições dos Vigilantes

Do Supervisor

Ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;

Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, ao Fiscal do Contrato, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

Manter afixado no posto, em local visível o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades fim;

Comunicar ao setor de segurança do CONTRATANTE todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do MME;

Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CONTRATANTE, facilitando, no possível, atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

Comunicar a Rádio Patrulha da PM, pelo telefone 190 e ao Chefe de Administração local, quando houver formação de aglomeração, permanência de pessoas nas imediações dos edifícios, depredação ou invasão dos prédios;

Promover inspeções e rondas com os vigilantes nas áreas internas e na área perimetral sob custódia, com o objetivo de impedir incursões, danos materiais à propriedade e instalações do CONTRATANTE (área perimetral é o espaço físico a céu aberto, delimitado por um afastamento de 5 metros da edificação principal, todo o estacionamento norte (visto que é sobre a laje da garagem) e o estacionamento externo da garagem, que faz divisa com a via N-2;

Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;

Coordenar as atividades dos vigilantes de acordo com as instruções fornecidas pelo CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do Contrato designado nos termos da legislação em vigor;

Proceder, diariamente, nos dias úteis, feriados e finais de semana, a inspeção nos postos de serviços.

Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;

Não permitir que profissionais da CONTRATADA entrem ou saiam das dependências do CONTRATANTE, por locais que não aqueles previamente determinados;

Promover o recolhimento de quaisquer objetos e valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando a imediata remessa à Fiscalização do Contrato;

Fornecer aos empregados da CONTRATADA, as constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;

Fiscalizar, controlar e orientar, permanentemente, o correto uso do espargidor/spray de pimenta;

Providenciar a imediata substituição do aspargidores de pimenta defeituosos, danificados ou descarregados, verificando sempre a sua validade;

Coibir, terminantemente, qualquer uso indevido ou indiscriminado do armamento;

Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior;

Estar à disposição dos profissionais alocados nos postos de trabalho, sempre que necessário, visando a resolver os problemas relativos aos serviços;

Inspecionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos empregados (radiotransmissor, armamento e outros);

Ficar atento à qualidade do atendimento dos vigilantes, que deverá ser cortês com os visitantes e servidores do MME /MTur;

Passar ao CONTRATANTE e à Fiscalização todas as informações referentes aos serviços;

Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;

Fiscalizar a apresentação e o preenchimento dos livros e formulários utilizados pela vigilância;

Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Fiscalização do contrato;

Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las;

Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;

Operar a Central de Monitoramento de Segurança de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) instalada no Órgão para subsidiar o trabalho de vigilância.

Dos Vigilantes

Ser pontual e permanecer no posto de serviço determinado, ausentando-se apenas quando substituído por outro vigilante ou quando autorizado pelo Supervisor;

Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida;

Permitir o ingresso, nas instalações físicas do CONTRATANTE somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionarem seus carros particulares nas áreas internas;

Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, no possível, atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho nos feriados e nos finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, conforme Norma Operacional do CONTRATANTE;

Proibir o ingresso de vendedores e ambulantes às instalações, sem que estes estejam devidamente autorizados pelo CONTRATANTE ou responsável;

Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, notificando o fato ao Supervisor, que deverá comunicar ao CONTRATANTE, no caso de desobediência;

Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

Providenciar todas as medidas necessárias, permitidas em lei, para evitar a ocorrência de furtos, tendo atenção especial quanto aos objetos de pequeno porte;

Executar rondas diárias conforme a orientação recebida do Fiscal do Contrato preposto do CONTRATANTE, através do seu supervisor, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações;

Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, calçados engraxados, barbeado, cabelos e unhas aparadas e com aparência pessoal adequada ao exercício da função, com 15(quinze) minutos de antecedência, portando o material necessário à execução dos serviços, tais como: lápis ou caneta, bloco de papel e outros específicos ao desempenho do trabalho, principalmente o livro de ocorrência e rádio HT;

Verificar, após o expediente, se as portas e janelas estão bem fechadas, bem como, verificar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções ao contrário;

Registrar a permanência de pessoas nas repartições após o horário normal de expediente;

Deixar iluminado, após o expediente, nos pontos predeterminados, os andares térreos dos prédios, bem como verificar se todas as demais luzes dos prédios estão apagadas;

Verificar por ocasião das vistorias regulares no prédio a existência de objetos suspeitos (pacotes, embrulhos, etc.) abandonados e, uma vez considerado suspeito, adotar medidas preventivas de segurança recomendada pela norma estabelecida;

Efetuar vistoria no prédio, quando da troca de turnos, acompanhado de seu substituto, comunicando as irregularidades ocorridas, que deverão ser anotadas no Livro de Ocorrências, entregando-lhe as chaves confiadas;

Impedir o ingresso de pessoas, quando inconvenientes ou não autorizadas a ingressar em locais determinados pelo CONTRATANTE, bem como vendedores, compradores, pedintes e angariadores de donativos;

Não permitir, sob nenhuma hipótese ou alegação, a entrada de qualquer pessoa, masculina ou feminina, em traje incompatível com o ambiente de trabalho;

Não permitir, sob nenhuma hipótese, o acesso de animais, qualquer que seja a espécie, sem a autorização expressa da autoridade competente, salvo aqueles amparados pela legislação, como cão guia para deficientes visuais, etc.;

Não permitir a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional, situação que deverá ser submetida à apreciação do seu Supervisor, quando então avaliará a possibilidade de acesso ou o imediato encaminhamento para avaliação policial ou médica, se for o caso, ouvido o Fiscal do Contrato;

Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, sem antes submetê-los à apreciação do Supervisor da Segurança;

Não permitir a entrada de menor desacompanhado, sem que antes sejam feitos a sua identificação e contato junto à pessoa com a qual o menor deseja falar ou visitar;

Atentar para que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajudá-las, quando for o caso, no embarque e desembarque de viaturas;

Não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora e/ou visual nas dependências do Ministério;

Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita, nos murais, paredes, pilastras, vidraças, janelas, etc., sem a prévia autorização do CONTRATANTE;

Controlar fluxo de carros e pedestres aos acessos de entrada e saída da garagem;

Impedir a saída de volumes e materiais pertencentes à CONTRATANTE, sem a devida autorização;

Identificar e registrar a entrada de servidores nas dependências dos edifícios do CONTRATANTE fora do horário de expediente, exigindo-lhes prévia e expressa autorização para o ingresso, e dentro do horário de acordo com as normas internas;

Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;

Repassar para os vigilantes que estão assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;

Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar dos seus afazeres para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceirizados não autorizados;

Comunicar, imediatamente, ao Supervisor sempre que constatada a existência de aglomeração, a permanência de pessoas suspeitas nas imediações dos Edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão do prédio. Nos finais de semana e feriados a comunicação será feita via telefone fixo, celular ou rádio;

Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;

Impedir o acesso de pessoas que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou expressa do CONTRATANTE;

Acompanhar, de forma ininterrupta, quando disponíveis, os monitores da vigilância eletrônica, comunicando de imediato ao Supervisor de Segurança e ao Fiscal do Contrato, qualquer fato ou ação considerada anormal, reduzindo o termo, em livro próprio, qualquer ocorrência verificada no turno;

Não permitir a entrada de embrulho(s), volume(s), pacote(s), mala(s), bolsa(s), sacola(s), ou outro(s) assemelhado(s); nos casos em que o portador ofereça resistência, exibir o conteúdo do(s) mesmo(s), ocorrência que será imediatamente

levada ao conhecimento do Supervisor da Segurança/Fiscal do Contrato;

Acompanhar o Ministro de Estado no uso do elevador privativo, inclusive acionando os controles de operação do equipamento;

A retirada e/ou transporte de qualquer bem material, de consumo ou vinculado ao patrimônio do MME, para fora das suas dependências, somente será permitida mediante a apresentação da “Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo”, devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente, autorização essa que deverá conter, indispensável, a discriminação do bem, o destino, data de retorno e o número do tombamento, no caso de bem patrimonial;

O procedimento de retirada deverá ser supervisionado pelo Supervisor da Segurança ou Vigilante que por ele a ser designado, devendo uma via da “Autorização” ficar retida junto ao serviço de Segurança;

O(s) bem(s) de propriedade particular, exceto aquele(s) de uso estritamente pessoal, conduzido(s) pelo respectivo proprietário, uma vez comprovada a posse, somente terá(o) permissão de acesso às dependências do MME, após submetido(s) à verificação/avaliação do Supervisor de Segurança, condição essencial para que seja concedida, inclusive a necessária autorização de saída;

O(s) prestador(es) de serviço(s) que tiver(em) acesso às dependências do MME, e, dessa forma vier(em) a exibir o conteúdo de sua(s) maleta(s), pasta(s), sacola(s), pacote(s) ou outros, o(s) qual(is) contenha(m) ferramentas e materiais de trabalho específicos, poderá(ão) ser dispensado(s) da autorização de saída desde que, assim procedendo, submeta(m) - se à verificação do Supervisor da Segurança ou do vigilante designado.

Compete ao Supervisor da CONTRATADA acompanhar o fechamento de volumes, embrulhos, pacotes, malotes ou outros que, por interesse ou necessidade do MME, venham a deixar as dependências do MME/MTur.

A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato entre a empresa adjudicada, após a homologação do processo licitatório, e o órgão Contratante.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Equipamentos Básicos para Desenvolvimento das Atividades - anual				
Item	Descrição	Unid	Qdade	
1	Aparelho de radiocomunicação, do tipo <i>walk talk</i> , com níveis de potência ajustáveis, com alcance mínimo de 20 km na transmissão, nível profissional, acompanhado de baterias carregáveis e carregador ou aluguel mensal junto a uma operadora.	Unid	8	
2	Lanternas Vigilight ou similar, de mão, tipo farolete, com lâmpada Halógena de 55 W, tensão de carregador 110 V/ 220 V, peso máximo de 3,6 Kg.	Unid	4	
3	Espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC) de até 70g, em solução (líquido), espuma ou gel (spray de defesa de gás de pimenta, extraforte, 110 ml), previsão anual.	Unid	20	
Material de Consumo				
Item	Especificações	Unid	Quantidade	
			Mensal	Anual
1	Livro para anotações de ocorrências, capa dura, contendo 100 folhas pautadas cada.	Unid	1	12
2	Caneta esferográfica	Unid	15	180
3	Resma de papel	Unid	2	24
4	Bloco de rascunho, tamanho ofício.	Unid	10	120
5	Máscara descartável camada tripla clip nasal, kit com 100 unidades	cx	15	180

DOS UNIFORMES

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário especificadas, quantificadas e periodicidade dispostas na tabela abaixo:

Uniforme para o Vigilante Desarmado e Supervisor						
Item	Especificações	Unid	Quantidade/Funcionário		Total Geral Anual (d)=(c)x24	
			Periodicidade (início)			Total Anual (c)=(a+b)
			1º mês (a)	7º mês (b)		
1	Terno, na cor preta, 55% poliéster, 45% lã leve fina, em tecido tipo microfibra, forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade, admitidas variações de mais ou menos 10% nas especificações dos tecidos.	Unid	2	2	4	96
2	Gravata, em tecido 100% poliéster ou 100% seda, na cor preta, de boa qualidade, admitidas variações de mais ou menos 10% nas especificações dos tecidos.	Unid	2	2	4	96
3	Camisa, em estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, cor azul clara ou branca, de boa qualidade, admitidas variações de mais ou menos 10% nas especificações dos tecidos.	Unid	5	5	10	240
4	Par de sapatos, tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade.	par	2	2	4	96
5	Par de meias, de tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elástico, cor preta, de boa qualidade, admitidas variações de mais ou menos 10% nas especificações dos tecidos.	par	5	5	10	240
6	Cinto, tipo esporte fino, de couro e cor preta, de boa qualidade.	Unid	1	1	2	48

Justificativa para os quantitativos e características de uniformes:

O fornecimento de uniformes é previsto na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - USO E FORNECIMENTO DO UNIFORME, da CCT da categoria.

As especificações e quantidades anuais de uniformes a serem fornecidas pela empresa contratada derivam de a

necessidade dos prestadores de serviços estarem condizentes com a função o período todo do expediente;

Foram planejados considerando as experiências anteriores desses serviços no Órgão, as diretrizes e recomendações da fiscalização do contrato anterior, que no dia a dia dos serviços, avalia as aparências dos funcionários da empresa;

Além de que, rotineiramente, alguns Vigilantes irão prestar os serviços diretamente para as autoridades máximas do Órgão (Ministro e Secretário Executivo), razão pela qual necessitam estarem com suas vestimentas em perfeitas condições de uso e de aparência;

Desta forma, as quantidades foram previstas para possibilitar que os trajes usados tenham tempo de serem higienizados e haja a disponibilização de outros para serem utilizados no período logo a seguir, bem como possam ter vida útil de seis meses;

A Contratada deverá fornecer os uniformes entregando-os nas dependências do Contratante, em local a ser definido pelo Fiscal do Contrato;

A Contratada deverá entregar o uniforme completo aos profissionais mediante recibo, cuja cópia deverá ser enviada ao Contratante;

O custo dos uniformes não poderá ser repassado aos profissionais, assim como não poderá ser exigida a devolução dos uniformes usados quando proceder à entrega das novas unidades, ficando à critério da empresa contratada requerer a devolução dos mesmos no encerramento do Contrato. A Contratada deverá orientar o profissional quanto à responsabilidade pelo zelo, higienização e conservação dos uniformes fornecidos

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos estabelecidos na tabela acima e que serão conferidos pela Fiscalização previamente, com a apresentação de amostras por parte da Contratada;

Deverão ser fornecidos 2(dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato e 2(dois) conjuntos completos após transcorridos 06 (seis) meses de contrato, totalizando 4(quatro) por ano ou eventualmente no caso de haver a necessidade de substituição por danificação/avaria alheia a responsabilidade do empregado durante a execução do serviço;

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Lote	Item	Descrição	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade		Valor de Referencia Mensal (R\$)	
					Posto (a)	Vigilante (b)	Unitário (c)	Total (d)=(c)x(a)
ÚNICO	1	Supervisor, diurno , desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 44 horas semanais - CBO 5103-10	23507	Posto	1	2	R\$20.669,08	R\$20.669,08
	2	Vigilante, diurno , desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 12/36 horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes - CBO 5103-10	23949	Posto	8	14	R\$16.993,38	R\$135.947,02
	3	Vigilante, noturno , desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 12/36 horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes - CBO 5103-10	23957	Posto	4	8	R\$18.598,72	R\$74.394,87
		Total Mensal						R\$231.010,97
		Total 36 Meses						R\$ 8.316.394,83
Lote	Item	Descrição	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade		Valor de Referencia Mensal (R\$)	
					Posto (a)	Vigilante (b)	Unitário (c)	Total (d)=(c)x(a)
ÚNICO	1	Supervisor, diurno , desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 44 horas semanais - CBO 5103-10	23507	Posto	1	2	R\$20.669,08	R\$20.669,08
	2	Vigilante, diurno , desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 12/36 horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes - CBO 5103-10	23949	Posto	8	14	R\$16.993,38	R\$135.947,02
	3	Vigilante, noturno , desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 12/36 horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes - CBO 5103-10	23957	Posto	4	8	R\$18.598,72	R\$74.394,87
		Total Mensal						R\$231.010,97
		Total 36 Meses						R\$ 8.316.394,83

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por se tratar da prestação de serviços de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, o parcelamento não se aplica, pois não haveria sentido em contratar mais de uma prestadora de serviço para atuar no mesmo ambiente e com a mesma finalidade.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá Contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida consta do Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Órgão para 2024:

- I) Id PCA PNCP: 37115383000153-0-000001/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: 3/Serviço
- IV) Classe/Grupo - 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA
- V) Identificador da Futura Contratação -320004-90034/2023

14. Resultados Pretendidos

Os Resultados Pretendidos com a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada (de arma letal) é que sejam disponibilizados serviços eficientes e eficazes de vigilância, do patrimônio público (imóvel, instalações físicas internas, equipamentos e acervo documental), bem como para a integridade do servidor e do público em geral, ao menor custo.

15. Providências a serem Adotadas

As providencias a serem adotadas para viabilizar e dar sequencia a este Estudo Preliminar Digital visando a "*contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **vigilância desarmada** (de arma letal), patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com a disponibilização da mão de obra das categorias de **vigilante e supervisor**, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF*", será a elaboração do Termo de Referência, para nortear a licitação e sua aprovação pela autoridade competente, elaboração do edital, processamento da licitação e em seguida a contratação da empresa vencedora, visto que os recursos a serem necessários para ser empenhados em 2022 consta do Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Órgão.

Após viabilizar a capacitação de servidores para a gestão e fiscalização contratual.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais com a contratação não haverão, visto que a prestação dos serviços vai ocorrer em um edifício existente, em continuidade a serviços efetivos e não haverá a produção de nenhum poluente.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

II) Justificativa da Viabilidade

Considerando que se trata de um processo de contratação de uma empresa especializada, via Pregão Eletrônico, facilmente encontrável no mercado fornecedor, em razão de ser um serviço comum e que os recursos estão assegurados, esta equipe de planejamento da contratação, entende ser perfeitamente viável.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALVANIR DA SILVA CARVALHO

Coordenador de Atividades Gerais

ANDREA CRISTINA ANDRADE SANTOS CARVALHO

Coordenadora Geral de Recursos Logísticos.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilhas de Custo e Formação de Preços.xlsx (93.19 KB)